



REQUERIMENTO Nº / 2026

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas:

A vereadora que este subscreve, depois de ouvida a Casa, requer a V. Exa. que seja solicitado à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** o encaminhamento de cópia integral do processo licitatório atualmente em vigor destinado à futura aquisição de ração animal no município, contemplando todos os documentos que o integram, desde a fase interna até sua homologação, bem como eventual formalização contratual já realizada, considerando que, até o presente momento, não houve a efetiva aquisição dos produtos.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 15 de abril de 2026.

Vereadora Camila Gonçalves – Camila Mão Amiga

Justificativa:

A presente demanda tem por objetivo obter informações detalhadas e formalmente documentadas acerca do processo licitatório destinado à aquisição de ração animal no município, considerando a relevância da matéria para as políticas públicas de proteção e bem-estar animal.

Cumprir destacar que, nos termos da Lei Municipal nº 7.234/2025, que acrescentou o § 5º ao art. 2º da Lei nº 6.839/2023, o Município foi expressamente autorizado a realizar a aquisição de rações e demais insumos necessários ao cumprimento das finalidades do Banco de Rações, especialmente na hipótese de utilização de recursos oriundos de emendas parlamentares destinadas à causa animal, observada a legislação aplicável à execução orçamentária e financeira.



Nesse sentido, o acesso ao processo licitatório em vigor mostra-se indispensável para a verificação prévia da regularidade dos procedimentos adotados, da adequação dos quantitativos estimados e da compatibilidade da futura contratação com a legislação vigente e com a política pública instituída, especialmente considerando que a aquisição ainda não foi efetivada.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível o acesso à documentação completa do processo, a fim de possibilitar análise técnica quanto à legalidade, economicidade e transparência dos atos administrativos, bem como assegurar o adequado exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo.